

**A Havana de Vives:
escravidão e vadiagem na dinâmica urbana da capital cubana (1823-1832)¹**

Ynaê Lopes dos Santos²

Resumo: o presente artigo pretende analisar a dinâmica urbana de Havana durante o governo do Capitão General Francisco Dionisio Vives (1823-1832). Durante os nove anos em que esteve no poder, Dionisio Vives administrou uma cidade que convivia com o crescimento vertiginoso da população escrava e, conseqüentemente, com a diminuição da oferta de trabalho para a população pobre. Tais condições criaram uma série de situações que poderiam colocar a segurança e a ordem de Havana em risco. Coube ao Capitão General Dionisio Vives assegurar que isso não ocorresse, mantendo assim a capital cubana como uma das maiores cidades escravistas das Américas.

Palavras-chave: Havana; escravidão; vadiagem

**Vives's Havana:
Slavery and vagrancy in the Cuban capital's urban dynamics (1823-1832)**

Abstract: this article aims to analyze the urban dynamics of Havana during the Captain General Francisco Dionisio Vives government (1823-1832). During the nine years he was in power, Dionisio Vives managed a city that lived with the rapid growth of the slave population and, consequently, a decrease in labor offered for the poor population. These conditions have created a series of situations that could put the safety and order of Havana at risk. It was Dionisio Vives's responsibility to ensure that it did not happen, thus keeping the Cuban capital as one of the largest slave-holding cities in the Americas.

Keywords: Havana; slavery; vagrancy.

Artigo recebido em: 20/01/16

Artigo aprovado para publicação em: 08/04/2016

¹ Agradeço à FAPESP pelo financiamento da pesquisa que resultou nesse artigo.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Escola Superior de Ciências Sociais CPDOC-FGV. E-mail para contato: ynaee.santos@fgv.br

Escravos e vadios?

Cecílio Serafim mal havia saído da infância e já fora preso em Havana. Crioulo, quinze anos e cativo da “*morena nacional*” Isabel Cristo em 1825, Serafim foi encaminhado para o presídio do *Quartel dos Batalhões de los Morenos Leales*. De acordo com o oficial encarregado de manter a tranquilidade pública, fazia tempo que o escravo atentava as autoridades incumbidas de policiar a praça do mercado. Ao invés de ocupar-se de algum ofício, nem que fosse o de aprendiz, Serafim divertia-se pondo a correr os cavalos que chegavam à praça carregando diferentes mantimentos. Assustados com as chicotadas recebidas, os animais fugiam derrubando as galinhas e as bananas oriundas das cercanias da cidade que rapidamente eram roubadas pelos transeuntes. No dia 21 de outubro do corrente ano, a polícia finalmente pôs fim às algazarras do rapazote³.

Aproveitando-se da maior autonomia de trânsito desfrutada pelos escravos urbanos, é provável que Serafim, de fato, não quisesse nada com o trabalho, preferindo viver dos pequenos assaltos às carroças que chegavam na praça do mercado. Como neste caso sua senhora não foi ouvida pelas autoridades, não é possível pontuar se a prática era a forma que o escravo encontrou para sobreviver, ou se era mais uma das tantas estratégias criadas pelos cativos para resistir à escravidão. Contudo, tão interessante quanto as motivações de Serafim, foi a acusação que recaiu sobre ele: vadiagem.

Ser ao mesmo tempo escravo e vadio fazia de Cecílio Serafim um personagem intrigante da Havana de então. Menos de dez anos antes, seria difícil imaginar que um escravo fosse acusado de vadiagem, pois essa era uma pecha que, grosso modo, recaía sobre a população livre (e branca) da cidade, que por não encontrar trabalho, ou então por se recusar a fazer “*servicios de negros*” acabava buscando consolo material e sentimental nas tabernas e bodegas da capital cubana, ou então tentando a sorte nos “jogos de azar”.

As razões para essa aparente incongruência podem ser lidas como parte do redimensionamento que a escravidão vinha sofrendo em Cuba desde finais do século XVIII, momento no qual as elites *criollas* iniciaram um audacioso projeto de transformação econômica, apostando na escravidão como força motriz para o deslanche das *plantations*

³ Archivo Nacional de Cuba. Miscelánias, legajo 969 B, 1825.

açucareiras e cafeeiras (BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010, TOMICH, 2004). Essa aposta vinha acompanhada não só da autonomização da elite *criolla* de Cuba, como também da árdua empreitada que essa mesma oligarquia travou para garantir que não faltassem braços escravos na produção do açúcar e, de quebra, na execução de serviços urbanos.

O peso e a presença da escravidão eram tamanhos que trabalho braçal e cor da pele se entrelaçaram de maneira ímpar: muitos homens e mulheres brancos e pobres da ilha se recusavam a estar na mesma posição que a *población de color*. Para além da racialização das relações de trabalho, os avanços galgados pela elite *criolla* frente às autoridades espanholas não se resumiram ao crescente volume de africanos escravizados na ilha. Se não podiam faltar escravos, a terra também não podia ser pouca. Para garantir a expansão da plantação de cana, a mesma elite *criolla* soube utilizar o controle das instituições locais (sobretudo do *cabildo*) para facilitar o avanço dos grandes proprietários que passaram a controlar não só a hinterlândia de Havana, como a região oriental de Cuba. A expansão dos latifúndios açucareiros gerou, nos primeiros anos do século XIX, um número significativo de sem-terras que, em muitos casos, rumaram para Havana em busca de trabalho. O que eles encontraram lá? Uma rede de serviços cada vez mais inchada pela oferta de trabalho de escravos, libertos e livres, na sua imensa maioria, homens e mulheres negros.

Neste contexto, cabe perguntar, por que as autoridades prenderam Cecílio Serafim sob a acusação de vadiagem? Seria razoável elocubrar que o oficial que prendeu Serafim, provavelmente cansado dos tumultos provocados pelo cativo, tenha carregado na tinta no momento de prescrever a prisão do rapaz. Mas também é possível argumentar que as coisas estivessem mudando nessa Havana de escravos e vadios. Por meio da análise de documentos produzidos pelas autoridades que administraram Havana, o presente artigo pretende demonstrar que o governo de Francisco Dionisio Vives (1823-1832) foi um período de maturação e complexificação da dinâmica da Havana escravista. A força da escravidão era tamanha, que algumas dicotomias não se sustentaram por muito tempo. E como toda relação de forças costuma pender para o lado dos mais fracos, sim, era cabível que um escravo também pudesse ser um vadio.

Império espanhol e a Havana que Vives herdou

Como boa parte dos homens que assumiram o posto de Capitão General de Cuba, Francisco Dionisio Vives era espanhol, nascido em 1755, com significativa experiência militar em campanhas travadas na Europa. Quando ele assumiu este posto de autoridade máxima em Cuba, em maio de 1823, a vadiagem já era uma questão que preocupava as autoridades insulares e seu crescimento estava intimamente atrelado ao aumento da população escrava e liberta de Havana (SANTOS, 2012). Embora o segmento escravo fosse expressivo na capital cubana desde o século XVII (DE LA FUENTE, 2009), a nova escala em que o tráfico transatlântico passou a ser operado a partir de 1789 obrigou que as autoridades readequassem suas práticas administrativas à nova realidade: uma ilha cada vez mais dependente da mão de obra escrava pra funcionar (LEVI MARRERO, 1984, BARCÍA; GARCÍA; TORRES-CUEVAS, 1994). E não havia exageros em afirmar que, entre a última década do século XVIII e meados de 1830, a pedra angular da administração dos Capitães Gerais de Cuba era o bom governo dos escravos.

De equilíbrio frágil, a boa administração dos cativos dependia de uma série de fatores. No contexto urbano, tal equilíbrio precisava equalizar a mobilidade de trânsito dos escravos por um lado, e, por outro, impedir que essa mesma mobilidade facilitasse reuniões de escravos e libertos que pudessem fazer dessas ocasiões circunstâncias ideais para sublevações e revoltas. Por mais que tais questões tenham sido enfrentadas por todos os Capitães Gerais que governaram Cuba (em geral) e Havana (em particular), Francisco Dionisio Vives herdou uma cidade que se transformava, a um só tempo, num dos maiores centros escravistas do espaço Atlântico, rivalizando apenas com o Rio de Janeiro, e uma praça estratégica para a manutenção das relações entre a Coroa espanhola e suas possessões no Novo Mundo.

Entre o ano de 1789 – quando o então Rei Carlos IV assinou a Real Cédula que abolia temporariamente o *asiento* para Cuba, facilitando assim a entrada de africanos escravizados na ilha –, e 1823, ano em que Vives assumiu o poder da ilha, o número de africanos escravizados que entraram nos portos cubanos ultrapassaram os 265 mil. Nunca, em toda a história da América espanhola, um número tão grande de africanos escravizados havia entrado em seus domínios. Num período em que a escravidão passou a ser duramente questionada e combatida, a aposta da elite *criolla* de Havana mostrava que a liberdade apregoada na Era das Revoluções poderia ter sentidos diversos e que não estava destinada a todos (BLACKBURN, 2002).

O incremento do segmento escravo era, pois, resultado da aliança estabelecida entre a elite *criolla* cubana e as autoridades espanholas que tinham grande interesse na manutenção de

Cuba dentre seus domínios. Tal aliança passou por fortes adequações desde a experiência Constitucional de Cádiz em 1812 até o período que ficou conhecido como Triênio Liberal espanhol, entre os anos de 1820-1823. Suscintamente, esta aliança estava sustentada na conservação de Cuba nos domínios espanhóis, num período em que a independência de colônias do Novo Mundo era uma realidade que sangrava o Império Bourbon, e que a *América para os americanos* poderia atrair as novas nações americanas para a zona de controle do recém-criado Estados Unidos da América. Para manter-se parte integrante daquele que fora um dos maiores impérios do Ocidente, a elite *criolla* de Cuba tinha uma tríade de exigências: a) a garantia de sua maior autonomia econômica e política; b) a liberdade de comércio para Cuba (alcançada em 1818); c) a mediação da Coroa espanhola frente à Inglaterra no que diz respeito à manutenção do tráfico transatlântico de escravos (BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010).

Dessa feita, graças ao compromisso firmando pela manutenção do escravismo e da relação colonial, Dionisio Vives podia se gabar de comandar uma das localidades mais tranquilas da América hispânica. Tal tranquilidade apareceu literalmente na correspondência que o Capitão General trocou com Francisco Stoughton, Cônsul espanhol que vivia em Nova Iorque, entre novembro de 1823 e janeiro de 1824⁴. Os movimentos de independência do México e da Colômbia utilizaram Havana, uma vez mais, como praça forte do Atlântico norte. No entanto, Dionisio Vives não tinha apenas motivos para se vangloriar. A localização privilegiada de Havana fez com que os dois lados da luta independentista no Novo Mundo vissem na cidade, um ponto estratégico (GERRA Y SCANHEZ, 1938). Se, por um lado, centenas de soldados peninsulares e milicianos *criollos* transformaram Havana em sua base militar na luta contra os movimentos emancipacionistas no norte da América (GUERRA Y SANCHÉZ, 1938, p. 256-274, LANDERS, 2010, p. 138-74), homens como Miralla, comerciante peruano conhecido por sua atividade enérgica e seu bom trato no comércio, também escolheu a capital de Cuba para construir seu negócio e difundir sua plataforma política, claramente contrária ao absolutismo espanhol⁵.

⁴ Na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional (do Brasil) estão arquivadas algumas das cartas trocadas entre Francisco Stoughton e Dionisio Vives. Nessa documentação, é possível observar que Havana era uma das poucas regiões de domínio espanhol que havia jurado fidelidade ao Rei Fernando VII, não seguindo a onda independentista de outras possessões hispânicas no Novo Mundo. Cf. Biblioteca Nacional. Manuscritos, Documentos: I,28,14,41/I,28,14,003/I,28,14,39.

⁵ Archivo General de Indias. Estado. Legajo 90, nº 100, 1823.

Em meados da década de 1820, Havana era, sem dúvida alguma, uma cidade em que ideologias distintas ganhavam vozes e, muitas vezes, transformavam-se em ação. Se, por um lado, o direito (e a viabilidade) de ser um proprietário de escravos serviu de elemento agregador para a oligarquia *criolla* de Cuba frente a um possível rompimento com a Espanha, por outro, essa mesma oligarquia precisava lidar com a nova sociedade que estava criando. Sem medir esforços para garantir a entrada massiva de escravos, a sociedade cubana tornava-se extremamente racializada, a ponto do trabalho braçal ser reconhecido como serviço de escravos. Para não se sujeitarem a tamanha humilhação, muitos homens e mulheres brancos preferiam ser enquadrados como vadios que exercer “atividades de negros”. Para tentar amenizar esse problema e evitar que a “população de cor” se apropriasse dessa racialização, em 1817, as autoridades espanholas criaram a *Junta Fomento de la Población Blanca*, instituição que tinha como objetivo principal atrair o maior número possível de homens brancos, sobretudo peninsulares, para a ilha, assegurando condições mínimas de trabalho (NARANJO OROVIO; GONZÁLEZ, 1993).

O insucesso dessa iniciativa pode ser verificado pelo caso que abre o presente artigo (um escravo acusado da vadiagem), ou por meio dos anúncios dos principais jornais de Havana, ou ainda pelos registros de desembarque de africanos escravizados. A produção, o transporte e o embarque do açúcar dependiam da mão de obra escrava. O projeto da oligarquia *criolla* de Cuba estava assentado no suor escravo. Em certa medida, não seria exagero dizer que, naquele momento, ser cubano era, antes tudo, ter assegurado o direito (e a viabilidade) de ser um proprietário de escravos, nem que para isso fosse preciso abdicar de outras liberdades defendidas pelo liberalismo.

Dionisio Vives foi um dos maiores propagadores da *cubanidade* acastelada pelos grandes proprietários de terra e de escravos. Coube a ele criar as políticas necessárias que permitissem que a dinâmica urbana de Havana comportasse escravos e vadios.

Vives e a Havana escravista

Agitação era pouco para definir os primeiros meses do governo de Dionisio Vives. Internamente, além de implementar uma política cuidadosa com os liberais contrários à volta do absolutismo, Vives teve que lidar com situações que anunciavam as mudanças que a

escravidão sofreria na capital cubana, como anunciado no caso do escravo Serafim. Em novembro de 1823, Juan Gregorio Nuñez, responsável pela Real Factoria de Tabaco, perguntava o que deveria ser feito com os quarenta e três escravos que estavam sem serviço determinado⁶. Rapidamente, o Intendente General de Hacienda Nacional advogou que os cativos em questão não poderiam ficar parados e que a melhor forma de reutilizá-los seria colocando-os para ganhar jornal em Havana. Aparentemente, a alternativa era interessante, sobretudo para as autoridades insulares que passariam a lucrar com escravos que, há muito, só lhes davam prejuízo. Mas havia quem discordasse dessa possibilidade. Francisco Xavier de Arambai, Intendente do Exército, afirmou que os escravos em questão não passavam de velhos bêbados que, sem saber o que fazer com a liberdade do mundo urbano, acabariam engrossando a horda de pedintes nas ruas da cidade. A cena trágica pintada por Arambai deve ter impressionado o fiscal que, com a anuência do Capitão General, decretou que os cativos permaneceriam na Real Factoria, sem definir ao certo quais seriam suas atividades.

A celeuma dos quarenta e três escravos nem tinha sido resolvida, quando Vives recebeu outro ofício, novamente assinado por Juan Gregorio Nuñez. Dessa vez, não se tratava de uma dúvida, mas de um lembrete: as autoridades tinham esquecido de fornecer a *esquifacion* que os escravos de *Casa Blanca* recebiam anualmente, sempre próximo ao Natal. Esse conjunto – formado por uma camisa, um abrigo de frio e dois *reales* – era fundamental para que os cativos tivessem condições mínimas de passar o inverno, e também funcionava como uma espécie de incentivo positivo⁷.

Ambas as situações seriam impensáveis durante o governo do Conde de Ricla (1763-1765) ou de Luis de las Casas (1790-1796), que fizeram grande uso dos escravos do Rei para reerguer uma Havana recém-destruída pelos ingleses e implementar o projeto ilustrado na cidade (SANTOS, 2012). No entanto, as situações descritas revelam que parte significativa dos *esclavos del rey* não tinham a mesma serventia de outrora, ainda que continuassem dando os mesmos gastos à Coroa. Tal situação gerou polêmica entre as autoridades. Por um lado, o Intendente General de Hacienda advogava que alocar os escravos reais em atividades urbanas poderia representar uma forte diminuição dos gastos com esses cativos ou, quem sabe, o lucro com os jornais recebidos. Por outro lado, o Intendente do Exército lembrava que a composição

⁶ Archivo Nacional de Cuba. Intendencia General de Hacienda. Legajo 230, nº 8, 1823.

⁷ Archivo Nacional de Cuba. Intendencia General de Hacienda. Legajo 941, nº 32, 1823.

demográfica de Havana mudara nos últimos tempos: numa cidade cujo segmento escravo aumentara graças à entrada de praticamente 400 mil africanos escravizados⁸, cativos mais velhos e pouco experientes provavelmente não teriam muito espaço no competitivo mercado de trabalho de Havana.

Os periódicos que circulavam na capital cubana demonstram o quão competitiva poderia ser a vida do escravo cidadão. Na Havana de Vives não era preciso mais do que 300 pesos para comprar uma escrava boçal de 14 anos, sem nenhuma pecha; ou então um mulato com pouco mais de 8 anos, ágil para todos os serviços e bom para pajem. Aqueles que tivessem mais recursos poderiam adquirir um jovem *gangá* (que não havia completado 18 anos), bom cozinheiro e cocheiro e ainda por cima com princípios de sapateiro, pelo dobro do preço (JIMÉNEZ, 1998). O mercado de atividades de ganho era ainda mais acirrado que o de compra e venda de escravos, pois o montante envolvido era menor, possibilitando que mais pessoas, inclusive aquelas que estivessem de passagem pela cidade, usufruíssem por um tempo menor dos serviços ofertados pelos cativos. Numa cidade que ofertava escravos de idades e especializações tão diferenciadas é difícil imaginar que *esclavos del rey* conseguiriam destaque nas atividades de ganho. Todavia, em meio a tanta competição, havia quem pudesse dar um uso mais lucrativo para escravos menos qualificados.

Em 1826, chegava ao fim uma novela iniciada anos antes. O protagonista da trama era Casimiro, escravo que fora comprado num dos barracões de Havana em 1818, por Antonio Bocalandro⁹. Naquele mesmo ano, Bocalandro alugou Casimiro e mais quatro escravos para um amigo – que atendia pelo nome de Juan de Monteverde –, para que os cativos levantassem uma *finca* nas proximidades de Havana. Durante o tempo em que estiveram sob a tutela de Monteverde, Casimiro e mais dois comparsas conseguiram fugir e passaram a trabalhar na mercearia de Félix Crucet. Sem explicar as razões, Antonio Bocalandro afirmou que, desses três escravos foragidos, dois voltaram “com o passar do tempo” e, quase quatro anos depois, ele finalmente encontrou o paradeiro de Casimiro, que estava a serviço de José Martinez, num dos bairros extramuros de Havana. Bocalandro exigia não só a restituição de seu escravo, mas

⁸ Segundo o Slave Trade Database, entre os anos de 1797 e 1832, intervalo que se inicia com o fim do governo de Luis de las Casas e vai até o final da administração de Dionisio Vives, entraram aproximadamente 400 mil africanos escravizados em Havana. Ver: <http://www.slavevoyages.org/estimates/XVpeJxmW>

⁹ Archivo Nacional de Cuba. Intendencia general de Hacienda, Legajo 7, nº 64, 1826.

também o ressarcimento do que havia perdido durante o tempo em que Casimiro esteve em posse de José Martinez.

A princípio, tudo estaria resolvido contanto que Martinez devolvesse Casimiro e pagasse o montante referente aos jornais que Bocalandro deixou de ganhar com o escravo fugido. Entretanto, Martinez também tinha sua versão dos fatos. Não se sabe se por ingenuidade ou malandragem, Martinez afirmou nada saber sobre a verdadeira origem de Casimiro, e que, assim como Bocalandro, fora enganado pelo cativo. Na versão defendida perante as autoridades de Havana, José Martinez teria adquirido Casimiro em meados de 1820, quando Antonio Rodriguez, seu vizinho, ofereceu o escravo em péssimas condições de saúde. Martinez não só comprou como cuidou de Casimiro até que ele recuperasse suas forças e, só a partir de então, passou a gozar dos jornais que o cativo recebia. Martinez também se sentia no direito de fazer suas exigências: só devolveria Casimiro caso a quantia que ele havia investido no escravo fosse descontada do valor pedido por Bocalandro.

As autoridades de Havana levaram mais de dois anos para definir que Casimiro voltaria para seu antigo senhor, sem que isso representasse outro prejuízo a Martinez que não a perda do escravo. O tempo gasto para resolver o dilema tinha um motivo principal: a escravidão era parte constituinte da trama de Havana e se fazia sentir em diferentes instâncias do mundo urbano. Havia cativos que apinhavam as ruas arrendando sua mão de obra e que, quando se achavam injustiçados, punham-se a xingar quem quer que fosse e havia cativos que faziam valer o anonimato proporcionado pelos grandes centros escravistas para reinventarem suas vidas, o que muitas vezes poderia se limitar à substituição ilegal de proprietário. Serafim e Casimiro foram personagens de historietas que teceram o cotidiano de Havana, demonstrando a relevância que suas ações poderiam ter numa cidade dependente de milhares de cativos para funcionar. Diferentemente do que ocorrera em 1812 na Rebelião de Aponte¹⁰ e em outros casos

¹⁰ A rebelião de Aponte foi um evento ocorrido em 1812, liderado pelo negro livre José Aponte, que envolveu escravos e libertos de diferentes regiões de Cuba, cujo objetivo principal era abolir a escravidão na ilha, em semelhança com o que ocorrera em Saint-Domingue. Importantes obras que analisaram esse episódio são: BETANCOURT, Juan R. *El Negro: Ciudadano del Futuro: O todos somos felices, o nadie podrá ser feliz*. La Habana, Talles Tipográficas de Cárdenas y Cia., 1959. FRANCO, José Luciano. *Las Conspiraciones de 1810 y 1812*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1977 (publicado pela primeira vez em 1963). CHILD, Matt. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic Slavery*. North Carolina, The University of North Carolina Press/ Chapel Hill, 2006.

isolados, nenhum desses escravos colocou a instituição escravista em xeque, mas criaram situações que poderiam incomodar, e muito, as autoridades.

E esta era apenas uma parte dos problemas que a escravidão gerava para os responsáveis pela administração de Havana. Os mesmos periódicos que anunciavam a compra, venda e aluguel de escravos tinham espaços destinados para que os senhores noticiassem a fuga de seus cativos, não só informando as principais características físicas do escravo em questão, mas muitas vezes prometendo recompensas atraentes para quem trouxesse pistas ou o próprio cativo foragido. Havia ainda os muitos casos de escravos fugidos e de formação de quilombos que, vez por outra, eram noticiados nos principais jornais da cidade, e que acabavam por onerar os cofres públicos da capital cubana¹¹.

A escolha pela escravidão tinha um preço que a oligarquia *criolla*, afiançada pela metrópole, estava disposta a pagar. Poucos tiveram tanta clareza disso como Dionisio Vives. Representante máximo do poder metropolitano, o Capitão General foi personagem fundamental na entrada de mais de 140 mil escravos, permitindo toda sorte de ilegalidades no que dizia respeito à introdução de africanos escravizados na ilha (MURRAY, 1980).

O crescimento acintoso da população escrava durante os anos em que Dionisio Vives esteve no poder é um dos mais significativos exemplos do pacto que o Capitão General havia estabelecido com a oligarquia *criolla*. Os milhares de escravos desembarcados anualmente em Havana e em outros portos da ilha eram, em sua maioria, comprados por proprietários de engenhos que utilizavam esses cativos para fomentar a lucrativa produção açucareira de Cuba. Embora num percentual menor, parte desses africanos ficava em Havana, executando tarefas que estavam diretamente ligadas com a exportação do açúcar, ou então, mantendo a intrincada rede de serviços urbanos.

O número de cativos na capital cubana cresceu de tal maneira que, mantendo uma prática difundida por seus antecessores, Dionisio Vives publicou uma série de posturas que pretendiam conter esse segmento da população. Interessante notar que muitas medidas apelavam para o “bom senso” dos cidadãos de bem, que muitas vezes se deixavam levar pelas facilidades da vadiagem. Foi neste sentido que, em fevereiro de 1824, quando não havia ainda

¹¹ Entre os anos de 1794 e 1831, é possível verificar os gastos anuais do Real Consulado com o *Deposito do Cirramones*, local para onde eram encaminhados os escravos fugidos capturados em Havana no trabalho de Pezuela. Cf. PEZUELA, J. *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba. Tercero Tomo*. Madrid, Establecimiento del Mellado, 1863, p. 206-255.

completado um ano de seu mandato, Vives publicou uma postura na qual solicitava que se evitassem reuniões e tertúlias nas tabernas da cidade, pois tais situações acabavam se transformando em grandes bebedeiras que, por sua vez, ocasionavam confusões, xingamentos e, principalmente, a entrada indevida de escravos¹² que estavam proibidos de frequentar esses lugares, exceto se tivessem permissão de seu proprietário, desde a publicação do *Bando de Cajigal* em 1819.

Ainda em tom de apelo, em abril de 1825, o Capitão General solicitou que os cidadãos tomassem cuidado com as blasfêmias, xingamentos, maldições e palavras escandalosas que se tornavam cada vez mais frequentes nos espaços públicos de Havana. Segundo o Capitão General, essa devia ser uma preocupação de todos os cidadãos de bem e pais de família que deveriam usar de sua autoridade para dar o bom exemplo aos seus filhos, esposas, criados e escravos¹³.

Para os senhores que não haviam entendido a dimensão que o mau exemplo poderia ter em uma sociedade escravista, Dionisio Vives se fez mais claro em maio do mesmo ano. Na ocasião, ele constatou que

Son muy repetidas las quejas que me dan los comisarios de estos barrios, y capitanes de los extramuros, sobre las reuniones de negros esclavos y libres que se juntan por las noches en la plazas, esquinas y calles, escandalizando con sus conversaciones licenciosas y las palabras obscenas, que ofenden la moral y denuncia publica: de este grave desorden se sigue, que los amos inocentes son los que al fin padecen, porque sus esclavos corrompen, adquiriendo el vicio de la embriaguez, y aun el uso de las armas prohibidas, con lo que se precipitan a cometer delitos atroces, cuyas resultas son de su responsabilidad¹⁴.

Não por acaso, em setembro de 1826, uma situação que poderia passar como anedota ganhou espaço nas escrivatinhas das autoridades responsáveis pela boa governança de Havana. Naquela manhã, Maria José, escrava de Nicolas de la Maza, foi acusada de proferir injúrias pelo bairro de Jesus Maria, onde morava com seu senhor. A escrava ganhava jornais lavando roupa para fora e, numa ocasião específica, foi acusada por um de seus clientes de ter-lhe roubado três peças. Enraivecida com a acusação, Maria José xingou seu antigo freguês (um homem branco) de todos os impropérios possíveis, causando grande alarde na vizinhança. A situação chegou

¹² BNC. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1824, p. 25.

¹³ *Ibid.*, p. 34.

¹⁴ *Ibid.*, p. 36.

ao conhecimento do *alcaide de barrio*, que abriu um inquérito contra a escrava e seu senhor exigindo que ambos se retratassem perante o insultado¹⁵.

Ainda que a escrava Maria José tivesse faltado com o respeito para com seu cliente, a mazela acima pode ser tomada como uma questão de honra maculada. A cativa ficara profundamente ofendida ao ser chamada de ladra e seu cliente sentiu-se ultrajado com os insultos recebidos. Numa cidade em que a elite escravista estava coadunada com as autoridades governamentais, nada mais natural do que a retratação da cativa. E, oxalá, todas as insubordinações escravas fossem como essa. Mas Dionisio Vives sabia que a desordem poderia ganhar proporções alarmantes no contexto escravista. Por isso, nas posturas publicadas em 1825 ele apostava

na docilidad de estos fieles y generosos habitantes, y su mismo interés, me hacen esperar que bastará solo la indicación, para que con objeto de precaver tales desórdenes, cuiden y celen que desde la oración en adelante non salgan sus esclavos sino a los mandados precisos; y por lo que hace a los libres de color, tendrán entendido que deben seguir su camino, sin reunirse, ni detenerse en las calles, mucho menos en las esquinas o bodegas¹⁶.

O medo de que possíveis reuniões escravas se transformassem em algo maior foi confirmado alguns dias após a publicação da postura acima, só que não em Havana. Em junho de 1825, eclodiu uma insurreição de cativos que estavam dispostos a dar a vida pela liberdade. O movimento ocorrera na zona rural de Matanzas e teria sido encabeçada por escravos oriundos de outras localidades das Américas, que chegaram a matar 16 pessoas e destruir inúmeros cafezais da região. Segundo informações colhidas durante a investigação das autoridades insulares, a principal causa do movimento teria sido a maior mobilidade de trânsito desfrutada pelos escravos dessa região, que gozavam de uma condição muito semelhante àquela observada nos cativos de Havana (GARCÍA, 2003).

Apesar da punição exemplar dada aos insurretos e do incremento da vigilância policial nesta parte da ilha, a Revolta de 1825 lembrava o gosto amargo que a escravidão poderia ter para os proprietários e autoridades governativas. Mas isso não foi suficiente para amainar os interesses da oligarquia *criolla*. A despeito da revolta, 1825 foi um ano em que Cuba recebeu

¹⁵ Archivo Nacional de Cuba. Intendencia General de Hacienda. Legajo 7, nº 64, 1826.

¹⁶ Biblioteca Nacional de Cuba. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1824.

um dos mais expressivos números de escravos em toda sua história. De acordo com as estimativas do *Slave Trade Database*, no ano de 1825, 24.192 africanos escravizados adentraram em Cuba; até então, o único ano em que a ilha havia recebido um número maior de escravo fora em 1817, quando existia a ameaça real para o fim do tráfico graças à pressão inglesa (MURRAY, 1980). A fim de evitar que movimentos semelhantes ocorressem na capital cubana, Dionisio Vives manteve sua forma de governar: continuou fazendo vistas grossas para o intenso tráfico para Cuba, ao mesmo tempo em que tentava administrar o comportamento do segmento escravo e dos proprietários de Havana.

Para manter a ordem nos bairros extramuros da cidade, Vives pedia que os donos de fábricas se certificassem quanto à condição dos homens que empregavam. De acordo com a postura publicada no dia 25 de setembro de 1826, “vários donos admitem operários de com sem saber se são livres ou escravos”¹⁷. A aparente homogeneização da “população de cor” era de fato um problema para as autoridades. Para tentar resolver esta questão, que só se agudizava com o crescimento do segmento escravo na cidade, em 1827, Dionisio Vives fez mais um recenseamento de Cuba, que atestou o vertiginoso aumento da população cativa na capital cubana e em seus arrabaldes.

CENSO DE HAVANA E SEUS ARRABALDES EM 1827

| | Livres | | | Escravos |
|--------------------------|----------------|---------|--------|----------------|
| | Branco s | Mulatos | Negros | Mulatos/Negros |
| Homens | 52677 | 4765 | 9270 | 69172 |
| Mulheres | 43994 | 6357 | 11230 | 40363 |
| Total Parcial | 96671 | 11122 | 20500 | 109535 |
| | 128.293 | | | 149.898 |
| Total | 278.191 | | | |

(SAGRA, 1831, p. 6)

Os dados do Censo de 1827 são a comprovação cabal do excelente andamento do projeto sacarocrata de Cuba. No entanto, é importante ressaltar que os números sobre Havana

¹⁷ Biblioteca Nacional de Cuba. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1826, p. 41.

levam em conta parte de sua hinterlândia, extrapolando o perímetro urbano da capital, formado pelos bairros intra e extramuros. A cidade propriamente dita não comportaria uma população desta monta (quase 300 mil habitantes), e seria o maior centro urbano de toda a história caso tivesse 150 mil cativos em 1827. No censo anterior, de 1817, a população total de Havana era de pouco mais de 84 mil pessoas, das quais 24 mil eram escravos, 38 mil eram brancos livres e 21 mil eram negros livres e libertos (SAGRA, 1831, p. 9).

De acordo com Venegas, a metodologia utilizada no Censo de 1827 era diferente da empregada nos recenseamentos anteriores (2002). Com o intuito de reforçar as “defesas internas” do país, cuja população negra e mestiça crescia a olhos vistos, o “Censo de Vives” foi formulado para averiguar qual teria sido o real crescimento demográfico da ilha, sobretudo do segmento escravo e liberto. Provavelmente por isso Havana e sua hinterlândia foram tomadas como uma unidade neste censo, pois, como era sabido dentre as autoridades, havia um significativo fluxo de escravos entre os arrabaldes e o núcleo urbano da capital cubana (VENEGAS, 2002, p. 83-89).

De certa forma, o trânsito fácil da “população de cor” entre Havana e sua vizinhança aparecem na proibição assinada por Vives também em 1827. De acordo com a postura,

Muchas y muy repetidas son las quejas que me han dado los dueños de ingenio y demás fincas del campo, sobre los daños, perjuicios y desordenes que ocasionan en ellas los pardos y morenos libres de ambos sexos, que a pretexto de vender ropas, víveres y otras clases de efectos, se introducen en los bohíos de aquellas, en donde estaban negociaciones con los esclavos, de que resultan frecuentes robos, por los cambios torpes y fraudulentos que celebran con estos: por tanto, y conviniendo mucho evitar tal abuso, prohíbo toda persona blanca y de color que se ejercite en los campos de buhonero, vendedor de ropas, cuchillos, comestibles y cualquiera otra especie de efectos¹⁸.

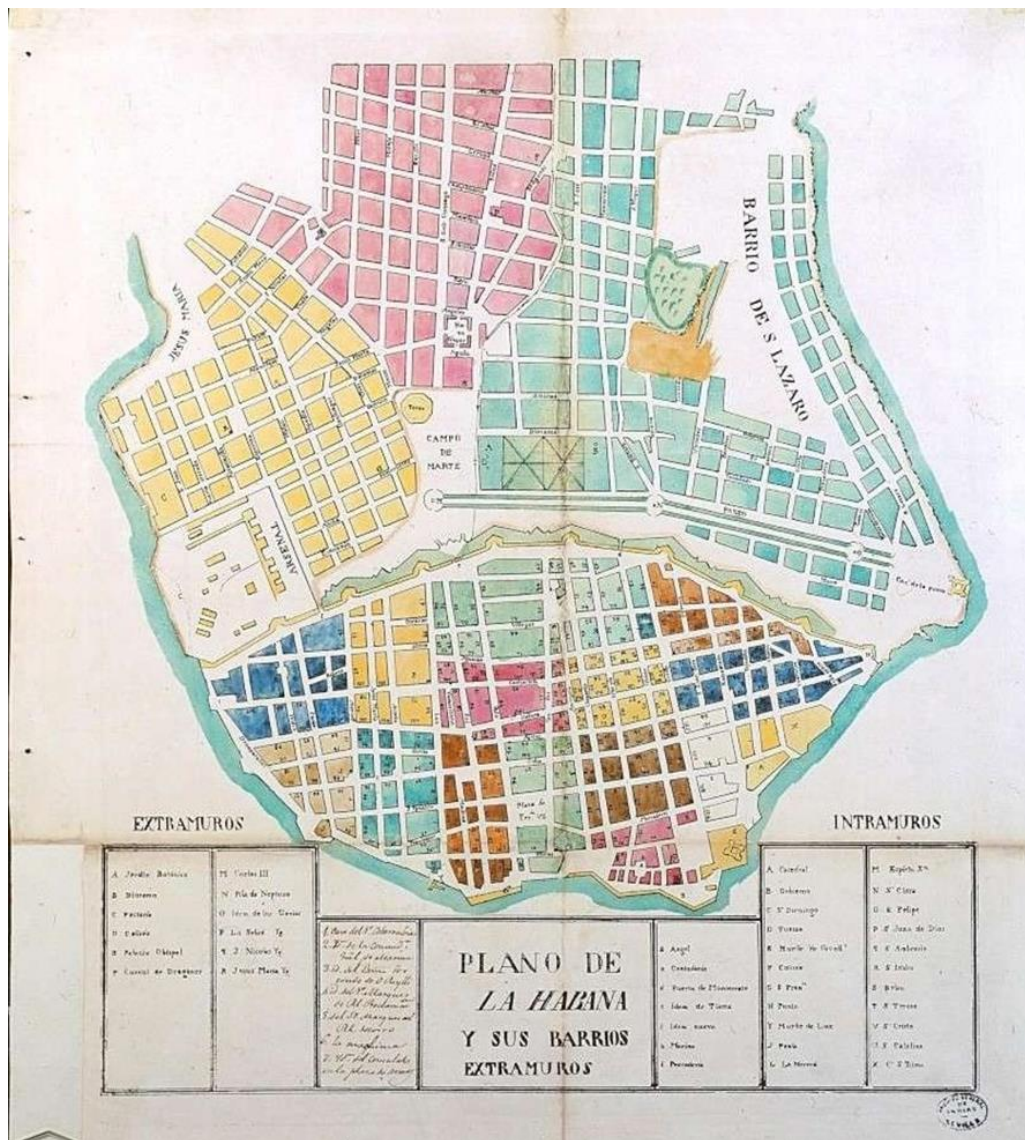
A leitura conjunta do Censo de 1827 e da postura expedida em abril do mesmo ano sugere que as autoridades estavam, de fato, temerosas quanto à apropriação que escravos e libertos estavam fazendo de Havana e de sua ligação com as regiões monocultoras. Essa foi, sem dúvida, uma importante implicação da dimensão que a escravidão ganhava em Cuba (e conseqüentemente em Havana). O medo das autoridades frente o aumento vertiginoso da “população de cor” crescia *pari passu* com a dependência da economia cubana em relação ao trabalho escravo, fosse ele rural ou o urbano.

¹⁸ Biblioteca Nacional de Cuba. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1827, p. 46.

Dois anos depois do maior recenseamento já feito na ilha, Dionisio Vives fez um mapeamento mais detalhado da capital cubana. Possivelmente a busca das motivações que causaram o incêndio que arrasou o bairro de Jesus Maria em 1828 foi uma das razões que levaram o Capitão General a realizar o mapeamento¹⁹. Para além das prováveis motivações, o *Plano de la Habana* de 1829 constitui-se como um documento importante, na medida em que permite observar a expansão dos bairros extramuros da cidade. Como já mencionado, desde 1790, quando o tráfico transatlântico passou a operar em escala crescente, a região extramuros de Havana se tornou local de morada da população mais pobre da cidade (SANTOS, 2012). Como as muralhas impediam a expansão dos bairros intramuros, essa região acabou sendo ocupada pelas famílias mais abastadas, que tinham condições financeiras de comprar ou alugar os sobrados e palacetes ali localizados, usufruindo da proximidade com as principais ruas comerciais, com o porto e também com as instâncias dos poderes local e metropolitano. O crescimento de Havana foi acompanhado, até a década de 1830, por uma setorização sócio-racial da população. Sendo assim, mapear os bairros extramuros era uma forma de tentar controlar a população negra e mestiça de Havana que, embora fundamental no cotidiano citadino, era responsabilizada pelas principais mazelas da cidade.

¹⁹ Em duas posturas editadas no ano de 1828, Dionisio Vives se mostrou deveras preocupado com o incêndio em Jesus Maria, sobretudo porque aquele bairro comportava muitas fábricas de pólvora que funcionavam na ilegalidade. Cf.: Biblioteca Nacional de Cuba. *Ordenanzas de Buen Gobierno. Adiciones a este Bando* (nº 7152), 1828, p. 49-50.

MAPA 1 - PLANO DE HAVANA EM 1829



(AGI, Mapas y Planos. *Plano de La Habana y sus barrios extramuros*, 1829). Este plano de Havana foi feito a mando de Dionisio Vives em 1829. Aqui é possível observar o significativo aumento dos bairros extramuros da cidade, que passaram a comportar o expressivo aumento populacional entre 1817 e 1827, em boa parte decorrente do incremento do tráfico de africanos escravizados.

Importante salientar que as diversas ações de Dionisio Vives na tentativa de controlar o crescimento da população escrava tinham caráter paliativo. Apesar do esfacelamento do Império hispânico, do aumento da população negra em Cuba, e das rebeliões e insurreições escravas na colônia, o fim da escravidão não estava em debate nos grandes círculos de poder. Muito pelo contrário. Conforme mencionado, a despeito da forte pressão inglesa, a oligarquia *criolla* teve acesso a um número expressivo de escravos que desembarcavam ilegalmente em Cuba graças à aliança entre a elite sacarocrata da ilha e os poderes metropolitanos. Dionisio Vives estava longe de ser uma marionete neste intrincado jogo político.

Os inúmeros desembarques de africanos escravizados durante seu longo governo constituíam, por si só, a comprovação de que o Capitão General abraçara os interesses *criollos* em defesa do açúcar. Se isso não bastasse, Vives reforçou a importância da escravidão na ilha, principalmente em Havana, quando permitiu que os *negros emancipados* fossem realocados para propriedades rurais e urbanas da ilha (ROLDÁN DE MONTAUD, 2011, p. 159-192). Em tese, desde 1820, todo africano escravizado que conseguisse comprovar que seu desembarque na ilha havia ocorrido a partir de maio daquele ano, estava virtualmente livre (MURRAY, 1980). Mas, na prática, sobretudo aquela levada a cabo por Vives, existia um hiato entre a comprovação do desembarque ilegal e o gozo da liberdade por parte desses africanos. Ainda que achasse preferível que esses homens e mulheres voltassem para suas terras de origem, por considerá-los um mau exemplo para a *população de cor* de Cuba, Dionisio Vives cedeu à pressão da classe senhorial, disponibilizando boa parte dos *negros emancipados* para o trabalho escravo. Em algumas ocasiões, o próprio Capitão General aproveitou-se da precária condição desses homens e mulheres, utilizando-os nas obras públicas de Havana.

A utilização sistemática dos emancipados era, pois, mais uma evidência de que a classe trabalhadora de Cuba era negra e/ou mestiça. Por mais que houvesse uma forte preocupação das autoridades em aumentar o número de brancos na ilha, a força da escravidão ainda se fazia mais forte, o que, por sua vez, aumentava os índices de vadiagem entre a população livre, branca e pobre.

Tal situação não escapou à análise perspicaz de José Antonio Saco que, em 1832, publicou um estudo sobre *El juego e la vagancia en Cuba*, apresentado três anos antes para a *Sociedad Patriótica de la Habana*. Neste trabalho, um dos mais importantes intelectuais da história cubana lamentava:

El número de cubanos empleados en el comercio es todavía tan corto, que si bien esta carrera les presente un vasto campo para lo futuro, es innegable que hasta muy poco tiempo han carecido de ella. Inútil es mencionar las manufacturas, porque nunca han existido entre nosotros, ni tampoco puede señalarse la época en que seamos fabricantes. No son muchas las artes que poseímos, y éstas por desgracia, jamás han sido el patrimonio de nuestra población blanca. La agricultura que por si sola absorbería un número asombroso de brazos ocupa en general a los esclavos; y si a esta causa se agregan los obstáculos que la rodean, no será de extrañar que los blancos se den a ella con el empeño que debieran. (SACO, 1960, p. 57-58).

As razões para a não inserção da população branca no mercado de trabalho de Cuba foram elucidadas mais adiante, pelo próprio autor:

Entre los enormes males que esta masa infeliz ha traído a nuestro suelo, uno de ellos es el haber alejado de las artes a nuestra población blanca. Destinada tan sólo al trabajo mecánico, exclusivamente se le encomendaron todos los oficios, como propios de su condición; y el amo que se acostumbró desde el principio a tratar con desprecio al esclavo, muy pronto empezó a mirar del mismo modo sus ocupaciones, porque en la exaltación o abatimiento de todas las carreras, siempre ha de influir la buena o mala calidad de los que se dedican a ellas. (SACO, 1960, p. 77).

Para José Antonio Saco, o desprezo com o qual os proprietários tratavam seus escravos e os serviços por eles executados não reverberava apenas na aversão que a população branca e pobre sentia em relação a todos os ofícios, mas também nas próprias condições de trabalho dos cativos. Exemplo disso ocorreu em março de 1833, quando os negros Celestino e Norberto e o mulato Antonio Castellon foram presos por furtarem alguns sacos de cal que pertenciam à Dona Rafaela Cueto. Ao serem examinados pelo intendente do cárcere da *Casa Blanca*, foi averiguado que os três eram escravos de Ramón Peñalver, e que o roubo havia sido planejado pelo senhor dos cativos, que desejava concluir uma obra na Vila de Guanabacoa. Frente a tal revelação, os escravos foram entregues ao seu dono (e mandante do crime) que teve que se comprometer em manter-se a disposição das autoridades para futuros esclarecimentos²⁰.

Considerações finais

²⁰ Archivo Nacional de Cuba. Miscélanía de Expedientes. Legajo 441, nº 7, 1833.

Se Dionisio Vives havia herdado uma Havana que já dependia fortemente da mão de obra escrava para funcionar, as ações tomadas durante seu governo aumentaram tal situação. Em pleno diálogo com o expressivo aumento da população escrava nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café, parte expressiva da rede de serviços urbanos de Havana funcionava graças ao emprego de milhares de africanos escravizados e de seus descendentes, fossem eles cativos ou não. A força que o cativo urbano ganhou entre 1823 e 1832 podia ser, em parte, verificada pelo aumento de registros de vadiagem dentre a população branca que, segundo as autoridades insulares, recusava serviços executados por escravos e libertos. O peso do escravismo também poderá ser observado na maior competitividade por trabalho dentre a “população de cor”, e nos usos, muitas vezes caóticos, que essa mesma massa de negros e mulatos fazia do espaço urbano de Havana, principalmente na região extramuros.

As ferramentas administrativas desenvolvidas por Vives apenas atenuavam a necessidade das autoridades em repensar o controle de Havana frente à desordem no seu crescimento demográfico e urbano, principalmente no que dizia respeito à população escrava e negra. O surto de cólera em 1833, que matou mais de 15% da população da cidade, fora o estopim para que o poder metropolitano, na figura de um novo Capitão General, implementasse mudanças estruturais no perímetro urbano de Havana, sem, contudo, mudar sua natureza: a cidade, assim como o restante da ilha, se manteria escravista até o ano de 1886.

A vadiagem, que durante o governo de Vives ganhou novos contornos e passou a ser exercida por outros setores da população, continuaria sendo uma realidade que, a partir de então, poderia ser partilhada ou acionada por escravos e libertos em diferentes situações, como o caso que abre o presente artigo. As possíveis consequências da prática mais alargada da vadiagem já haviam sido apontadas por José Saco, e no formato de folhetim, também foram trabalhadas por Cirilo Villaverde na publicação do clássico romance *Cecília Valdés* em 1839 (GARCÍA-DONOSO, 2007). Os diferentes entrelaces entre escravidão e vadiagem marcariam a dinâmica da vida urbana de Havana nas duas décadas seguintes, complexificando ainda mais o cativo na capital cubana e ampliando os diferentes artifícios encontrados pelos escravos e libertos na luta por aquilo que consideravam melhores condições de vida, nem que para isso eles fossem tomados por vadios.

Referências bibliográficas

- BERBEL, M.; MARQUESE, R.; PARRON, T. *Escravidão e Política*. Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- CHILD, Matt. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic Slavery*. North Carolina: The University of North Carolina Press/Chapel Hill, 2006.
- DE LA FUENTE, A. *Havana and the Atlantic in the Sixteenth Century*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2008.
- GARCÍA, Gloria. *Conspiraciones y Revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845)*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003.
- GARCÍA-DONOSO, D. La fiesta de la corrupción: Educación, moral y juego en Cecília Valdés. *Afro-Hispanic Review*, vol. 26, nº 2, (fall 2007), p. 61-75.
- GUERRA Y SANCHÉZ, R. *Manual de Historia de Cuba* (Económica, social y política). La Habana: Habana Cultural S.A., 1938.
- KNIGHT, F. W. *Slave Society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1970.
- LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the age of Revolutions*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- MARRERO, Levi. *Cuba: economía y sociedad*. Azúcar, ilustración y consciencia (1763-1868), vols. 8, 9 e 10. Madrid: Editorial Playor, 1984.
- MURRAY, David. *Odius Commerce*. Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- NARANJO OROVIO, C.; GÁRCIA GONZÁLEZ, A. *Racismo e Inmigración en Cuba en el siglo XIX*. Madrid: Ediciones Doce Calles, 1993.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1746*. Tese de Doutorado defendida na FFLCH USP, São Paulo, 2015.
- PIQUERAS, A. La vida política entre 1780 y 1878. In: NARANJO OROVIO, C. (Org.) *Historia de Cuba*. Madrid: CSIC- Ediciones Doce Calles, 2009.
- ROLDÁN DE MONTAUD, Inés. En los borrosos confines de la libertada: el caso de los negros emancipados en Cuba, 1817-1870. *Revista de Índias*, vol. LXXI, nº 251, 2011, p. 159-192.
- SACO, José Antonio. *El juego e la vagancia en Cuba/Estudio sobre la esclavitud*. (Biblioteca Popular de Clásicos Cubanos, nº 1). La Habana: Editorial Lex, 1960.
- SAGRA, Ramón. *Historia económico-política y estadística de la isla de Cuba*. Habana: Imprenta de las viudas Arazosa y Soler, 1831.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *As Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Tese de Doutorado defendida na FFLCH USP, São Paulo, 2012.

SCHIDT-NOWARA, C. Empires against Emancipation: Spain, Brazil, and the Abolition of Slavery. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 31, n° 2, The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories. Part I (2008), p. 101-119.

TOMIC, Dale W. *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004.

TORNERO TINAJERO, Pablo. *Crecimiento económico y transformaciones sociales*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1996.

TORRES-CUEVAS, E.; REYES, E. *Esclavitud y Sociedad*. Notas y documentos para la Historia de la Esclavitud negra en Cuba. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

VENEGAS FORNIAS, Carlos. *Cuba y sus pueblos*. Censos y mapas de los siglos XVIII y XIX. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2002.

VENEGAS FORNIAS, Carlos. *La urbanización de las murallas: dependencia y modernidad*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1990.